

continuação

CEB GERAÇÃO S.A.

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - P&D

Estudo realizado no Aterro Sanitário de Brasília, conhecido como Lixão da Estrutural, levou ao registro na ANEEL e implementação do projeto de P&D intitulado *Hibridização de Fontes de Geração de Energia Elétrica como Alternativa Tecnológica de Remediação Ambiental de Áreas Degradadas por Resíduos Sólidos Urbanos*.

INVESTIMENTOS

Em 2018 foram feitos alguns importantes investimentos :

- Finalizada a reforma/modernização das válvulas borboletas;
- Finalizada a reforma das estruturas do vertedouro;
- Aquisições de motoventiladores para os transformadores;

- Válvulas gavetas FF para a sala de Comando e Controle;
- Rádios de comunicação de voz;
- Novo equipamento de auscultação para medição de nível de água na barragem.

AGRADECIMENTOS

À Companhia Energética de Brasília - CEB, aos clientes e aos fornecedores, nosso reconhecimento pela parceria respeitosa e dinâmica construída, que contribuiu para o alcance dos resultados apurados. Em especial, a empresa agradece aos seus colaboradores, pelo empenho e dedicação determinantes para o atingimento dos objetivos da empresa.

A ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇO PATRIMONIAL				DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO			
Ativo	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
Ativo Circulante		82.576	5.837	Passivo Circulante		38.683	2.316
Caixas e Equivalentes de Caixa	4	31.346	3.451	Fornecedores	12	267	341
Caixa		2	1	Obrigações Sociais e Trabalhistas	13	59	52
Equivalentes de Caixa		31.344	3.450	Benefício pós-emprego	14	6	6
Concessionários e Permissionários	5	1.520	1.477	Tributos	15	26.479	224
Serviços em curso	6	33	20	Provisões para Litígios	16	-	1
Tributos Compensáveis		-	39	Encargos Setoriais	17	1.319	1.164
Despesas pagas antecipadamente	7	845	845	Provisão para Uso do Bem Público	18	384	369
Outros Ativos Circulantes	8	48.832	5	Partes Relacionadas	19	167	159
				Dividendos a pagar	20	10.002	-
				Passivo Não Circulante	18	149	507
Ativo Não Circulante		8.136	8.430	Provisão para Uso do Bem Público	21	149	507
Despesas Pagas Antecipadamente	7	423	1.268	Patrimônio Líquido		51.880	11.444
Bens e Atividades não Vinculadas à concessão	9	502	519	Capital Social		7.575	7.575
Imobilizado	10	6.613	5.641	Capital Subscrito		7.575	7.575
Intangível	11	598	1.002	Reservas de Lucros		2.298	2.298
				Reserva Legal		1.515	1.515
				Reserva de Retenção de Lucros		783	783
				Dividendo Adicional Proposto		42.007	1.571
Total do ativo		90.712	14.267	Total do passivo		90.712	14.267

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Social		Reservas de Lucros		Lucros (Prejuízo) Acumulados	Dividendo a disposição da AGO	Total
	Capital Subscrito	Reserva Legal	Retenção de Lucros				
2016	7.575	1.515	783	-	-	4.162	14.035
Pagamento de Dividendos	-	-	-	-	-	(4.162)	(4.162)
Lucro do Exercício	-	-	-	6.571	-	-	6.571
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos a distribuir	-	-	-	(6.571)	1.571	-	(5.000)
2017	7.575	1.515	783	-	-	1.571	11.444
Pagamento de Dividendos	-	-	-	-	-	(1.571)	(1.571)
Lucro do Exercício	-	-	-	56.009	-	-	56.009
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos a distribuir	-	-	-	(56.009)	42.007	-	(14.002)
2018	7.575	1.515	783	-	-	42.007	51.880

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota	2018	2017
Receita Operacional Líquida	22.1	18.306	20.390
Custo com Energia Elétrica	22.2	-	-
Energia de Curto Prazo		(5.609)	(6.516)
Custo de Uso da Rede Elétrica		(648)	(687)
Contribuições de Agente		(9)	(11)
		(6.266)	(7.214)
Lucro Operacional Bruto		12.040	13.176
Despesas Operacionais	22.3	-	-
Material		(43)	(35)
Serviços de Terceiros		(3.424)	(3.428)
Seguros		(13)	-
Tributos		(50)	(48)
Depreciação		(293)	(282)
Amortização		(415)	(406)
Pessoal		(1.195)	(1.538)
Administradores		(559)	(634)
(-) Recuperação de Despesas		90	286
Gastos Diversos		(441)	(15)
		(6.343)	(6.100)
Outras Receitas Operacionais	22.4	-	-
Ganho na Alienação de Bens		76.082	-
		76.082	-
Outras Despesas Operacionais		-	-
Perdas na Alienação e Desativação de Bens		(22)	-
		(22)	-
Resultado do Serviço		81.757	7.076
Receitas (Despesas) Financeiras	22.5	-	-
Receitas Financeiras		1.446	593
Despesas Financeiras		(255)	(257)
Resultado Financeiro		1.191	336
Resultado do Serviço, antes da Contribuição Social e do Imposto de Renda	22.6	82.948	7.412
Contribuição Social		(7.189)	(286)
Imposto de Renda		(19.750)	(555)
Lucro Líquido do Período		56.009	6.571
Lucro Líquido por Ação		7,39	0,97

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO DIRETO

Atividades Operacionais	2018	2017
Entradas:		
Recebimento pela Venda de Energia Elétrica	18.140	19.776
Recebimento de Juros sobre Aplicação Financeira	570	472
Outras Recebimentos	31.395	-
Total de Entradas	50.105	20.248
Saídas:		
Operações com Energia Elétrica	(642)	(733)
Fornecedores de Materiais e Serviços	(2.857)	(3.555)
Compra de Energia de Curto Prazo	(3.399)	(3.450)
Salários, Remuneração e Encargos	(1.963)	(2.439)
Recursos Hídricos	(418)	(319)
Doações, Contribuições e Subvenções	(9)	(14)
Pagamento de Impostos	(1.843)	(2.060)
Encargos setoriais	(482)	(410)
Outros	(3.391)	(76)
Total de Saídas	(15.004)	(13.056)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	35.101	7.192
Atividades de Investimento		
Entradas/Saídas:		
Aquisição de Imobilizado	(1.635)	(530)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	(1.635)	(530)
Atividades de Financiamento		
Saídas:		
Distribuição de Juros s/ Capital Próprio e Dividendos	(5.571)	(9.324)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento	(5.571)	(9.324)
Variação Líquida de Caixas e Equivalentes	27.895	(2.662)
Saldo de Caixa no Final do Período	31.346	3.451
Saldo de Caixa no Início do Período	3.451	6.113
Aumento do Saldo Líquido de Caixa	27.895	(2.662)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	2018	2017
Geração de Riqueza		
Receita Operacional (Receita bruta de vendas de energia e serviços)	19.596	21.520
Suprimento de energia	17.901	17.389
CCEAL	17.901	17.389
Energia de Curto Prazo	1.695	4.131
(-) Insumos (insumos adquiridos de terceiros: compra de energia, material, serviços de terceiros, etc.)	(10.109)	(10.802)
= Valor Adicionado Bruto	9.487	10.718
(-) Quotas de Reintegração (depreciação, amortização)	(708)	(282)
= Valor Adicionado Líquido	8.779	10.436
+ Valor Adicionado Transferido (receitas financeiras, ganho na Alienações de Bens)	77.528	593
= Valor Adicionado a Distribuir	86.307	11.029
Distribuição da Riqueza - Por Partes Interessadas		
Empregados (Empregados e Administradores)	1.754	2.172
Governo (Impostos, Taxas e Contribuições)	50	48
Financiadores (Despesa financeira, empr. e financ.)	255	257
Acionistas (Lucro Líquido)	56.009	6.571
= Valor Adicionado Distribuído (Total)	58.068	9.048
Distribuição da Riqueza - Governo e Encargos Setoriais		
Tributos/Taxas/Contribuições	27.654	1.627
PIS/PASEP	127	140
COFINS	588	646
IRPJ do exercício	19.750	555
CSLL a pagar do exercício	7.189	286
Encargos Setoriais	585	354
RGR	-	7
Contribuições de Agentes - CCEE/O N S	10	11
CFURH	448	306
TFSEE	127	30
= Valor Distribuído (Total)	86.307	11.029

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua

continuação

CEB GERAÇÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CEB GERAÇÃO S/A ("Companhia"), cuja criação foi autorizada pela Lei Distrital nº. 2.648, de 26/12/2000, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília - CEB, regida pela Lei 6.404/76. Em 12 de janeiro de 2006 foi formalizada a desverticalização da CEB e, sob as disposições da Resolução Autorizativa ANEEL n.º 318, de 14.09.2005, foi dada autonomia e independência à CEB GERAÇÃO. A Companhia tem por objeto a geração e a comercialização de energia. Em 16 de novembro de 2016, a ANEEL alterou o regime de exploração da Usina do Paranoá de serviço público para produção independente de energia, e a enquadrou como Pequena Central Hidrelétrica - PCH. O Contrato de Concessão 001/2016 de "Uso de Bem Público" para geração de energia elétrica estabelece o pagamento anual do uso do bem público. Essa alteração ainda resultou em desconto de 50% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD e em isenção dos encargos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Reserva de Reversão Global - RGR.

2 - PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Práticas Contábeis Gerais: Instrumentos Financeiros: Os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados em passivos financeiros não mensurados a valor justo e ativos financeiros classificados como destinados à negociação, e são ajustados ao seu valor de mercado em contrapartida ao resultado. Os ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento ou recebíveis são contabilizados ao custo amortizado acrescido dos rendimentos ou ajustado ao valor provável de realização, quando este for menor. Os passivos financeiros não mensurados a valor justo são avaliados ao custo amortizado, acrescido dos encargos financeiros calculados *pro-rata temporis*. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: Caixa e Equivalentes de Caixa, Concessionárias e Permissonárias e Outros Ativos Circulantes. O principal passivo financeiro reconhecido pela Companhia é "fornecedores". **Caixa e Equivalentes de Caixa:** As contas Caixa e Equivalentes de Caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, e as aplicações com liquidez imediata. São classificadas como ativos financeiros disponíveis para negociação, e estão registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras intermediárias, apurados pelo critério *pro-rata*, que equivalem aos seus valores de mercado. **ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão:** Esta interpretação define a forma de contabilização dos ativos de concessões quando atendidas determinadas condições. O entendimento da Companhia é de que esta interpretação não se aplica nesta concessão. **Concessionárias e Permissonárias:** Incluem a geração da energia elétrica faturada, acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no pagamento e renegociação de dívidas, quando aplicável. **Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear. **Intangível:** Os ativos intangíveis da Companhia compreendem ativos adquiridos de terceiros, e são mensurados pelo custo total de aquisição, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente pela taxa de 20% a.a. **Redução ao Valor Recuperável de Ativos:** A empresa avaliou o poder de recuperabilidade da Pequena Central Hidrelétrica - PCH - Paranoá, ativo de titularidade da CEB Geração conforme estabelecido no CPC -01, elaborado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Para estimar o valor em uso do ativo foi utilizada a metodologia do Fluxo de Caixa Descontado. Tal metodologia consiste na estimativa dos fluxos de caixa esperados, que são então, descontados a uma dada taxa que reflita o custo de capital do empreendedor. Nos resultados obtidos, é possível destacar que a PCH - Paranoá gera fluxo de caixa suficiente para remunerar-la adequadamente, considerando as taxas mínimas de atratividade estabelecidas. Portanto, podemos concluir que o valor alocado na conta de ativos imobilizado para a PCH reflete o seu valor justo, e os ativos não estão registrados contabilmente por um valor superior a aquele passível de ser recuperado. **Passivo Circulante e Não Circulante:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real ou legal constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **Plano Previdenciário e Outros Benefícios aos Empregados:** Os custos associados ao plano de complementação de aposentadoria e pensão, junto à Fundação CEB de Seguridade Social - FACEB, são reconhecidos à medida que as contribuições são incorridas. Os passivos atuariais e os custos e despesas deles decorrentes são registrados em conformidade com a Deliberação CVM n 371/2000. **Apuração do Resultado:** O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas de todos os serviços prestados são reconhecidas quando auferidas. O faturamento dos contratos de venda de energia elétrica é efetuado mensalmente pela CEB GERAÇÃO, e a apuração da contabilização e liquidação dos valores transacionados no mercado de curto prazo é realizada pela CCEE. **Estimativas Contábeis:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração se baseie em estimativas e em seu julgamento, para que o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações nas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas e julgamento da Administração. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de provisão para contingências. **Receitas e despesas:** Incluem os juros, variações monetárias incidentes sobre os direitos e obrigações sujeitos à atualização monetária até a data das demonstrações financeiras. O efeito líquido dessas atualizações está refletido no resultado do período. **Lucro por ação:** É determinado considerando-se a quantidade de ações em circulação na data das demonstrações financeiras. **Demonstração do Valor Adicionado (DVA):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar as distribuições e riquezas criadas pela empresa durante determinado período, e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais. **2.2. Práticas Contábeis Regulatórias: Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD:** A Companhia entende não haver necessidade de constituição de provisão para perdas estimadas e créditos de liquidação duvidosa, considerando não haver risco de perdas com estes créditos. **Imobilizado:** i. Ativo Imobilizado em

Serviço - AIS; • Bens e Instalações em função do serviço concedido. Os bens e direitos em função do serviço concedido são cadastrados e controlados pela concessionária e permissionária em sistemas auxiliares ou em registros suplementares, por meio de Unidade de Cadastro - UC, e Unidade de Adição e Retirada - UAR, por Ordem de Imobilização - ODI, conta contábil, data de sua transferência (capitalização) para o Imobilizado em Serviço. • Depreciação: A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Resolução Normativa nº 674, de 11 de agosto de 2015, que estabelece as taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço das concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor elétrico, conforme tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE (Vide nota explicativa nº 10). Referidas taxas foram avaliadas pela Companhia, tendo concluído que as mesmas refletem a vida útil do seu ativo imobilizado. ii. Ativo Imobilizado em Curso - AIC: Bens e instalações em formação ou construção. • Rateio de Administração Geral (RAG): É a transferência para as Ordens em Curso da parcela registrada na Administração Central, que indiretamente trabalhou para o investimento. O valor é calculado em até 10% da apropriação de Pessoal e de Serviço de Terceiros nas Ordens em Curso. • Encargos Financeiros: Em função do disposto na Instrução Contábil nº 6.3.6 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL nº 605, de 11 de março de 2014, e na Deliberação CVM nº 672, de 20 de outubro de 2011, os juros, variações monetárias e encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão apropriados às ordens em curso como custo. **Operações de Compra e Venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE:** A contabilização das operações de compra e venda de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo é de competência da CCEE, e está reconhecida pelo regime de competência, de acordo com informações fornecidas por aquela entidade e/ou por estimativa da área de comercialização da CEB Holding, quando essas informações não estão disponíveis. **2.3. Bases de preparação das Demonstrações Financeiras:** As Demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda usual da Companhia, com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em aderência nas normas emitidas pelo "International Financial Reporting Standards" - IFRS. No caso específico destas informações foi adotado o IAS - "International Accounting Standards" nº 34, que reflete o pronunciamento técnico emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC nº 21 (R1) que trata das demonstrações. A Companhia elaborou a Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC pelo método direto nos termos da CPC 03 (R2). Adicionalmente, a Companhia apresenta a conciliação entre o lucro líquido do período para o líquido das atividades operacionais, nota nº 24. A Companhia elaborou a Demonstração do Valor Adicionado - DVA nos termos da CPC 09, como parte integrante das demonstrações financeiras. A CEB Geração avaliou os eventos subsequentes até 01 de fevereiro de 2019, que é a data de autorização para a emissão das demonstrações financeiras pela Diretoria colegiada da Companhia.

3. DAS CONCESSÕES

O empreendimento do Paranoá foi enquadrado como PCH, permitindo que a ele fossem conferidos os benefícios previstos na legislação pertinente para esse tipo de central geradora. Foi assinado em dezembro de 2016 o novo Contrato de Concessão nº 001/2016-Aneel, na qual a CEB Geração passou a atuar como Produtora Independente de Energia.

Usinas	Potência instalada	Localização	Operação
PCH - Paranoá	30 MW	Rio Paranoá - DF	Ativa
Usina Termelétrica de Brasília - UTE	10 MW	SIA - Trecho 4, Lote A - Brasília - DF	Inativa

A Usina Termelétrica Brasília deu-se o término contratual da concessão, no dia 07/07/2015. A Portaria nº 211, de 30 de maio de 2018, do Ministério de Minas e Energia, declarou extinta a concessão pelo advento do termo contratual, e dispôs a reversão dos bens vinculados à concessão, com a livre disponibilização destes para a CEB Geração S.A.

9. BENS E ATIVIDADES NÃO VINCULADAS À CONCESSÃO

Em novembro de 2017 os bens da Usina Térmica de Brasília - UTE, foram reclassificados como Bens não vinculados à concessão conforme autorizações da ANEEL e do MME, utilizando-se da Resolução Normativa nº691/2015. Esses bens estão registrados ao custo de aquisição e deduzidos da depreciação calculada até outubro 2011 devido a suspensão de operação comercial da usina conforme Despacho nº 4.204 de 25/10/2011 - ANEEL.

Descrição	Taxa	Valor de Aquisição	Baixa em 31/12/2018	Depreciação Acumulada	Imobilizado Líquido em 31/12/2018
Terrenos	-	18	(18)	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2% a 4%	14	-	(3)	11
Maquinas e Equipamentos	2,5% a 16,67%	3.528	-	(3.071)	457
Sistema de Transmissão de Conexão					
Maquinas e Equipamentos	2,86% a 4%	46	-	(12)	34
Total		3.606	(18)	(3.086)	502

10 - IMOBILIZADO

Os bens estão registrados ao custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, revisado pela Resolução Normativa ANEEL nº. 674, de 11 de agosto de 2015.

Movimentação do Imobilizado

Descrição	Taxa	Imobilizado Líquido em 31/12/2017	Adições 31/12/2018	Baixa em 31/12/2018	Depreciação em 31/12/2018	Ajuste de Depreciação em 31/12/2018	Imobilizado Líquido em 31/12/2018
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2%	939	349	-	(46)	-	1.242
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2% a 4%	2.382	944	-	(128)	-	3.198
Maquinas e Equipamentos	2,5% a 16,67%	1.535	48	(65)	(93)	49	1.474
Veículos	14,29%	0	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	6,25%	83	-	(14)	(8)	7	68
Sistema de Transmissão de Conexão							
Maquinas e Equipamentos	2,86% a 4%	274	-	-	(19)	-	255
Imobilizado em Curso							
Maquinas e Equipamentos		428	-	(428)	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras		-	376	-	-	-	376
Total do Imobilizado		5.641	1.717	- 507	(294)	56	6.613

continua

continuação

CEB GERAÇÃO S.A.

O total do imobilizado, R\$ 6.613 mil (líquido da depreciação acumulada) são decorrentes, em sua maioria, da transferência de ativos da CEB no processo de desverticalização ocorrido em 12 de janeiro de 2006. O valor do saldo do Imobilizado em Curso - R\$ 376 mil, até o mês de dezembro de 2018, refere-se aos serviços com projeto de segurança da barragem da PCH Paranoá.

11. INTANGÍVEL

Movimentação do Intangível

Descrição	Taxa Amortização	Intangível		Intangível Líquido em 31/12/2018
		Líquido em 31/12/2017	Amortização em 31/12/2018	
Softwares	20%	137	(48)	89
Uso do Bem Público	(A)	865	(356)	509
Total		1.002	(404)	598

(A) o valor de UBP, será amortizado durante todo o período da concessão.

12. FORNECEDORES

	2018	2017
Fornecedores	267	341

Referem-se substancialmente, a valores devidos de fornecedores de matérias e serviços.

13. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	2018	2017
Encargos	59	52

Representam os valores provisionados de salários, tributos e encargos sociais sobre folha de pagamento.

14. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

	2018	2017
Benefício Pós-emprego	6	6

Trata-se do valor da contribuição da parcela do empregador à entidade de previdência privada em benefício dos seus empregados e diretores.

15. TRIBUTOS

	2018	2017
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	19.363	72
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	6.996	55
PIS	10	10
COFINS	46	44
INSS Pessoa Jurídica	19	17
IR/CSRF	38	22
ISS	7	4
Total	26.479	224

Os Tributos estão compostos pelos valores devidos do IRPJ e da CSLL relativos ao 4º trimestre, pelas contribuições sociais para o PIS, COFINS e os impostos e contribuições retidos dos fornecedores de serviços.

16. PROVISÕES PARA LITÍGIOS

Processo: 0019156-32.2016.4.01.3400 - Ação ordinária com pedido de antecipação de tutela objetivando resguardar as autoras dos ônus financeiros decorrentes das decisões judiciais que limitam o fator GSF em favor de terceiros. Após as adesões da CEB Geração S.A. e outras empresas do mesmo grupo econômico à repactuação do risco hidrológico ocorrida em 2015, ocasião em que ocorreram as desistências das ações judiciais que questionavam os efeitos financeiros do déficit de geração, alguns outros agentes do mercado não procederam da mesma forma. Essa opção manteve suas judicializações que os isentavam do rateio do pagamento de valores discutidos em outras liminares, situação que provocou nova exposição daqueles agentes que tinham optado pela mencionada repactuação, como a CEB Geração. Em decorrência dessa nova exposição, com o objetivo de proteger as empresas geradoras controladas pela CEB contra os efeitos das decisões judiciais mantidas por aqueles que não aderiram à repactuação, foi ajuizada uma ação que resultou no deferimento "Do Pedido de Antecipação dos Efeitos da Tutela", em 31 de março de 2016. Tal ação determinou que não fosse transferido para as autoras o ônus financeiro de quaisquer decisões judiciais de que não fizessem parte, independentemente da competência a que se refiram, relativos aos efeitos dos valores oriundos do déficit hídrico (Fator GSF) sobre geradores hidrelétricos. Os assessores jurídicos da Companhia entendem que é possível a perda deste assunto. Apresentada nos termos da NBC TG 25 (R2).

17. ENCARGOS SETORIAIS

	2018	2017
Recursos Hídricos	138	108
P & D	1.170	1.056
Taxa de Fiscalização ANEEL	11	0
Total	1.319	1.164

Referem-se aos valores devidos Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CMPFRH, valores retidos e não utilizados nos programas de P&D, que são remunerados pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, até a sua efetiva aplicação nos projetos, bem como a Taxa de Fiscalização ANEEL fixada através de despacho.

18. PROVISÃO PARA USO DO BEM PÚBLICO

	2018	2017
Provisão UBP - (Curto Prazo)	384	369
Provisão UBP - (Longo Prazo)	149	507

Refere-se à constituição de provisão do UBP no curto e no longo prazo, em conformidade com o Contrato de concessão nº 001/2016 e Resolução Autorizativa/ANEEL nº 6.120 de 16/11/2016, que será amortizado até o final da concessão.

19. PARTES RELACIONADAS

	Período da Transação	Passivo	Despesa
Custo de Uso da Rede Elétrica - CUSD (a)	31/12/2018	58	(648)
Pessoal Requisitado - CEB Distribuição (a)	31/12/2018	109	(1.195)
Total		167	1.843

(a) Valores devidos à CEB Distribuição S/A, decorrentes do uso da rede elétrica e de pessoal requisitado.

20. DIVIDENDOS A PAGAR

	2018	2017
Dividendos Propostos	10.002	-

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social: O Capital Social subscrito da Companhia está dividido em 7.575.212 Ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal, todas de propriedade da CEB.

	RS mil
Lucro	56.009
Dividendos Adicionais Propostos	42.007
Dividendos Propostos	14.002
Dividendos Intercalares (-)	(4.000)
Dividendos Líquido	10.002
Reserva Legal: A Constituição da Reserva Legal atingiu o limite de 20% do capital social, segundo o art.193 da Lei 6.404/76.	
Dividendos Intercalares: Em 30 de julho de 2018 conforme Resolução de Diretoria nº 021 e seguindo o disposto no Estatuto Social da Companhia, arts. 6º, 7º, 8º, e 18º e 50º, a Assembleia Geral Extraordinária da CEB Geração, atendendo à solicitação do seu acionista único, antecipou o pagamento de dividendos relativos ao saldo contábil apresentado no 1º semestre do exercício de 2018 no valor de R\$ 4.000 mil.	

22. RESULTADO DO EXERCÍCIO

22.1 - Receita Operacional Líquida:

	2018	2017
Receita bruta de vendas de energia	19.596	21.520
Contrato de Compra de Energia no ambiente Livre - CCEAL	17.901	17.389
Energia de Curto Prazo	1.695	4.131
(-) Contribuições sociais sobre faturamento	(715)	(786)
(-) Encargos Setoriais	(575)	(344)
Total	18.306	20.390

22.1.1. Contratos CCEAL: Demonstra a comercialização de energia elétrica no período, calculada a partir dos contratos firmados no âmbito de Ambiente Livre - CCEAL. Estes contratos são reajustados anualmente, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

22.1.2. Energia Elétrica de Curto Prazo: A Companhia líquida parte de sua energia gerada no Mercado de Curto Prazo - MCP, ou mercado SPOT. O MCP é valorado ao Preço da Liquidação das Diferenças - PLD. Participa ainda do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE que visa mitigar os riscos de geração inerentes ao setor, onde o mecanismo cede energia à geradora participante, em momentos de queda na geração própria, assim como recebe energia da geradora em momentos de geração excedente.

22.1.3. Impostos e contribuições sobre a receita: A Companhia optou pelo regime de tributação pelo Lucro Presumido e, por força da legislação vigente, recolheu as contribuições para o PIS e a COFINS com base no regime da Cumulatividade.

22.1.4. Encargos Setoriais:

	2018	2017
Quota da Reserva Global de Reversão - RGR	0	7
CMPFRH	448	306
Taxa de Fiscalização	127	31
Total	575	344

Referem-se à compensação financeira pela utilização do manancial de recursos hídricos da região e encargo cobrado pela ANEEL de todos os concessionários, permissionários e autorizados do serviço de energia elétrica, bem como a Taxa de Fiscalização ANEEL fixada através de despacho e que se constitui uma das receitas daquela Agência, conforme dispõe o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. A CEB Geração ficou desobrigada do recolhimento da RGR quando mudou seu regime de exploração da usina de serviço público para produtor independente de energia. O mesmo fato levou a que parte do valor devido da Taxa de fiscalização em 2017 fosse cobrado em 2018.

22.2. Custo com Energia Elétrica:

	2018	2017
Energia de Curto Prazo	5.609	6.516
Custo de Uso da Rede Elétrica	648	687
Contribuições de Agente	9	11
Total	6.266	7.214

22.2.1. Energia de Curto Prazo: A apuração do mercado de curto prazo pode ser definida como a contabilização das diferenças entre os montantes de energia elétrica contratadas pelos agentes e os montantes de geração e de consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos agentes. As principais variáveis que impactam no resultado da Liquidação Financeira do MCP são o PLD e o Ajuste do MRE ou GSF. As condições meteorológicas verificadas no início de 2018 levaram a excedente de energia no âmbito do Condomínio do Sistema-MRE, o que, atrelado a uma elevação do PLD resultou em crédito nas liquidações financeiras para a CEB Geração nos primeiros meses do ano. Contudo, o quadro sofreu variação significativa com a elevação do déficit hídrico (Ajuste do MRE ou GSF) a patamares próximos a 40% nos meses de julho a outubro. A combinação destes fatos, elevação do PLD e agravamento do GSF, levaram a uma maior exposição financeira no Mercado de Curto Prazo no ano de 2018, mesmo com a compra de energia com deságio médio de 15% em relação ao PLD para os meses de julho a setembro, realizada com vistas a mitigar os efeitos da exposição ao Mercado de Curto Prazo.

22.2.2. Custo de Uso da Rede Elétrica: Por ser assegurado à CEB Geração o acesso de suas instalações ao Sistema de Distribuição na condição de produtora independente de geração de energia elétrica (Contrato de Concessão nº 001/2016), de acordo com o art. 15, § 6º da Lei nº 9.074/95, a Companhia firmou contrato com a CEB Distribuição S.A. para o uso da sua rede elétrica.

22.3. Despesas Operacionais:

	2018	2017
Material	43	35
Serviços de Terceiros	3.424	3.428
Seguros	13	-
Tributos	50	48
Depreciação	293	282
Amortização	415	406
Pessoal	1.195	1.538
Administradores	559	634
(-) Recuperação de Despesas	(90)	(286)
Gastos Diversos	441	15
Total	6.343	6.100

22.3.1. Serviços de Terceiros: Os contratos de manutenção e operação das instalações da usina (R\$ 2.102 mil), Vigilância (R\$ 385 mil) e os demais valores pulverizados. **22.3.2. Pessoal:** Representam os custos com Aviso de Débito - AVD de pessoal requisitado da CEB Distribuição.

22.3.3. Administradores: Representam os custos com honorários e encargos da Diretoria e Conselho Fiscal.

	2018	2017
Remuneração Diretores	297	376
Gratificação Diretoria	25	32
INSS	65	83
FGTS	26	33
Remuneração Conselho Fiscal	106	61
Contribuição Previdenciária - FACEB	40	49
Total	559	634

22.4. Outras Receitas Operacionais: O item outras receitas referem-se ao ganho na Alienação de Bens (terreno localizado no SIA), conforme mencionado em nota do ativo nº 8.

	2018	2017
Receitas/Despesas Financeiras:		
Receitas	1.446	593
Despesas	(255)	(257)
Total	1.191	336

As receitas auferidas pela Companhia são decorrentes das aplicações realizadas. As despesas financeiras por sua vez, são decorrentes da atualização monetária de impostos, despesas bancárias e tributos incidentes sobre operações.

22.6. Provisões sobre o Resultado do Exercício: Em 2006, a Companhia optou pelo regime de tributação do Lucro Presumido. Os Valores apurados estão demonstrados nos quadros abaixo:

Descrição	31/12/2018		31/12/2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receitas de Suprimento	19.596	19.596	21.520	21.520
Outras Receitas	77.528	77.528	593	593
Alíquota	8%	12%	8%	12%
Base de Calculo	79.096	2.352	2.315	3.175
Alíquota Aplicável	15%	9%	15%	9%
	11.864	7.189	347	286
Adicional 10%	7.886		208	
Total	19.750	7.189	555	286

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento à Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 38, 39, 40, e à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2018, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir: • Caixa e Equivalentes de caixa - são classificados como destinados à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais. • Concessionários e Permissionários - decorrem diretamente das operações da Companhia. São classificados como recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. • Energia de Curto Prazo - A Companhia líquida parte de sua energia gerada no Mercado de Curto Prazo - MCP, valorado ao Preço da Liquidação das Diferenças - PLD são classificados como recebíveis.

24. DIVULGAÇÕES ADICIONAIS

Conciliação do Lucro do período com o Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:

	2018	2017
Resultado do exercício/período	56.009	6.571
Ajustes para conciliar o resultado com o valor das disponibilidades geradas (aplicadas)		
Depreciação	294	282
Amortização	48	47
Ajustes/ Baixas Inventário	507	(214)
Outros	(56)	(1)
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) Redução Contas a Receber	(48.911)	212
(Aumento) Redução Realizável de Longo Prazo	845	845
Aumento (Redução) em fornecedores e outras contas	110	(465)
Aumento (Redução) Tributos	26.255	(85)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	35.101	7.192

25. QUESTÕES AMBIENTAIS

A Companhia pautou sua conduta pela preservação do meio ambiente em respeito à legislação ambiental, cujas ações voltadas para a sustentabilidade são diversas e cada vez mais arraigadas ao negócio da Companhia. Em 31 de dezembro de 2018, dentre as ações voltadas à preservação do meio-ambiente destacam-se: - Continuidade do programa de visitas monitoradas às instalações da PCH - Paranoá. A CEB Geração recebe visitantes durante todo o ano. Os principais públicos são as escolas públicas e privadas, juntamente com as Universidades, além de órgãos públicos como a ANEEL e Eletronorte. - Manutenção da política de manter a cota do Lago do Paranoá conforme Resolução da ADASA, em níveis que permitam o uso múltiplo do reservatório, contribuindo com o paisagismo, a umidade da cidade e regulando as cheias a jusante da barragem. - Ações de divulgação dos aspectos ambientais e da operação das usinas, durante as frequentes entrevistas para órgãos da imprensa escrita e televisada. - Cumprimento das condicionantes constantes da Licença de Operação N°011/2015.

continua

continuação

CEB GERAÇÃO S.A.

DIRETORIA EXECUTIVA

Paulo Afonso Teixeira Machado
Diretor-Geral

José Henrique de Oliveira Vilela
Diretor

Renata Rosa Ribeiro
Contadora - CRC 021789/O-6

CONSELHO FISCAL

Wolney Arruda
Presidente

Juliana de Fátima Moreira Costa
Francisco José de Campos Amaral

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e aos Acionistas da CEB Geração S.A. Brasília - DF

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da CEB Geração S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, valor adicionado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CEB Geração S.A em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases: Das Concessões: Conforme nota explicativa nº 3, o empreendimento - Paranoá, foi enquadrado como Pequena Central Hidrelétrica, conforme Contrato de Concessão nº 001/2016-Aneel, a CEB Geração pode atuar como Produtora Independente de Energia. Quanto à Usina Termelétrica Brasília, o término contratual da concessão deu-se em 07 de julho de 2015. A portaria nº 211, de 30 de maio de 2018, do Ministério de Minas e Energia, declarou extinta a concessão pelo advento do termo contratual e dispensou a reversão dos bens vinculados à concessão, com a livre disponibilização destes para CEB Geração S.A. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esses assuntos.

Partes Relacionadas: De acordo com o divulgado na nota explicativa nº 19, a Companhia possui transações com partes relacionadas, decorrentes do uso de rede elétrica e de pessoal requisitado do mesmo conglomerado econômico-financeiro. Conseqüentemente, o resultado de suas operações poderia ser diferente daqueles que seriam obtidos em transações efetuadas em condições normais de mercado. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Outros assuntos: A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31.12.2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executada em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da

Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 1º de fevereiro de 2019.

Maciel Auditores S/S
2 CRC RS - 5.460/0-O "T" SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS - 71.505/O-3
Sócio Responsável Técnico

Luciano Gomes dos Santos
Contador 1 CRC RS - 59.628/O-2
Sócio Responsável Técnico

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CEB Geração S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conheceu o Relatório Anual da Administração, examinou as Demonstrações Financeiras, além das informações complementares objeto das Demonstrações do Resultado, das mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, levantados em 31 de dezembro de 2018, elaborados de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Todas as peças foram apresentadas de forma comparativa àquelas encerradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. O Colegiado tomou conhecimento do relatório da Maciel Auditores S/S, emitido sem ressalvas em 01.02.2019.

Com base nos documentos apresentados e no relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, o Conselho Fiscal concluiu, por unanimidade, que as peças estão em ordem e adequadas, em seus aspectos relevantes,

sendo de opinião que se encontram em condições de serem submetidas à deliberação final da Assembleia Geral Ordinária da CEB Geração S.A.

O Conselho Fiscal verificou não existirem, nos registros contábeis da Companhia apresentados ao Colegiado, irregularidades apuradas no exame realizado, encontrando-se normal a situação dos dirigentes responsáveis perante os cofres da Empresa, até a presente data.

Registra-se, ainda, parecer favorável deste Conselho sobre a proposta de Destinação do Resultado do Exercício de 2018, nos termos propostos pela Resolução de Diretoria nº 006, de 12.03.2019.

Brasília, 20 de março de 2019.

Wolney Arruda

Francisco José de Campos Amaral

Juliana de Fátima Moreira Costa